

Força e consentimento: Palestina, Estados Unidos e Israel

Force and Consent: Palestine, United States and Israel

Fuerza y consentimiento: Palestina, Estados Unidos e Israel

Martín A. Martinelli¹

Resumo

MARTINELLI, M. A. Força e consentimento: Palestina, Estados Unidos e Israel. *Rev. C&Trópico*, v. 47, n. 2, p. 13-28, 2023. DOI: [https://doi.org/10.33148/CETRO-Pv47n2\(2023\)art1](https://doi.org/10.33148/CETRO-Pv47n2(2023)art1)

Este artigo aborda a ideologia do pan-arabismo numa fase chave da consolidação dos países da região: a Guerra Fria e a Guerra Fria Árabe. Analisamos, pois, o conceito de hegemonia e a sua aplicação no caso dos Estados Unidos ou de outras potências internacionais. Procuramos evidenciar até que ponto o petróleo e o gás são os principais fatores que sustentam a importância do Oriente Médio, apoiados em rotas e estreitos comerciais, que representam uma combinação de interesses econômicos e geoestratégicos. O paradigma para analisar o conflito na Palestina foi considerá-lo como um confronto entre dois movimentos nacionais. Contudo, Israel dirige um regime de *apartheid* na Palestina, como o da África do Sul. Nosso objetivo, então, é compreender se a relação entre as manifestações identitárias apresentadas neste artigo ocorreu de forma semelhante à de outros países da região, ou se o movimento sionista/israelense fragmentou o território palestino e manteve uma rivalidade assimétrica.

Palavras-chave: Geoestratégia. Geopolítica. Sistema imperial. Pan-arabismo.

Abstract

MARTINELLI, M. A. Force and Consent: Palestine, United States and Israel. *Rev. C&Trópico*, v. 47, n. 2, p. 13-28, 2023. DOI: [https://doi.org/10.33148/CETRO-Pv47n2\(2023\)art1](https://doi.org/10.33148/CETRO-Pv47n2(2023)art1)

This article addresses the ideology of pan-Arabism in a key stage of the consolidation of countries in the region: the Cold War and the Arab Cold War. We therefore analyzed the concept of hegemony and its application in the case of the United States or other international powers. We sought to highlight the extent to which oil and gas are the main factors that sustain the importance of the Middle East, supported by commercial routes and straits, which represent a combination of economic and geostrategic interests. The paradigm for analyzing the conflict in Palestine was to consider it as a confrontation between two national movements. However, Israel runs

1 Doutor em Ciências Sociais, historiador e analista internacional. Coordenador do grupo CLACSO “Palestina y América Latina” do Instituto da América Latina e do Caribe da Universidade de Buenos Aires (IEALC-UBA). Diretor do Observatório Geohistórico da Universidade de Luján, Argentina. E-mail: martinellima1982@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0605-5809>

an apartheid regime in Palestine, similar to the one in South Africa. Our objective, then, is to understand whether the relationship between the identity manifestations presented in this article occurred in a similar way to that of other countries in the region, or if the Zionist/Israeli movement fragmented the Palestinian territory and maintained an asymmetrical rivalry.

Keywords: Geostrategy. Geopolitics. Imperial system. Pan-Arabism.

Resumen

MARTINELLI, M. A. Fuerza y consentimiento: Palestina, Estados Unidos e Israel. *Rev. Ci & Trópico*, v. 47, n. 2, p. 13-28, 2023. DOI: [https://doi.org/10.33148/CETRO-Pv47n2\(2023\)art1](https://doi.org/10.33148/CETRO-Pv47n2(2023)art1)

Este artículo aborda la ideología del panarabismo en una fase clave de la consolidación de los países de la región: la Guerra Fría y la Guerra Fría árabe. Por ello analizamos el concepto de hegemonía y su aplicación en el caso de Estados Unidos u otras potencias internacionales. Buscamos resaltar en qué medida el petróleo y el gas son los principales factores que sostienen la importancia de Medio Oriente, apoyado en rutas y estrechos comerciales, que representan una combinación de intereses económicos y geoestratégicos. El paradigma para analizar el conflicto en Palestina fue considerarlo como un enfrentamiento entre dos movimientos nacionales. Sin embargo, Israel rige en Palestina un régimen de apartheid, similar al de Sudáfrica, por lo que nuestro objetivo es comprender si la relación entre las manifestaciones identitarias presentadas en este artículo ocurrieron de manera similar a la de otros países de la región, o si el movimiento sionista/israelí fragmentó el territorio palestino y mantuvo una rivalidad asimétrica.

Palabras clave: Geoestrategia. Geopolítica. Sistema imperial. Panarabismo.

Data de submissão: 01/10/2023

Data de aceite: 07/11/2023

1. A ideologia do pan-arabismo

O ponto de virada dessa ideologia ocorreu com a criação do Estado de Israel em 1948, daí a *Nakba*², a limpeza étnica e a derrota dos exércitos árabes na Guerra Árabe-Israelense (1947-49). A necessidade de uma união árabe parecia inevitável. Nesse contexto, surgiram duas figuras: o egípcio Gamal Abdel Nasser com discurso nacionalista e pan-arabista; e o sírio Michel Aflaq, que fundou o partido al-Ba'az e proclamou – numa retórica semelhante – que o nacionalismo era a solução para o mundo árabe. Este último, por exemplo, utilizou uma imagem ilustrativa ao definir a arabidade como

2 Palavra árabe que significa catástrofe ou desastre e designa o êxodo palestino de 1948.

o corpo e o Islão como a alma daquele socialismo que desenvolveu (MUÑOZ, 1999, p. 16). Nasser, por sua vez, liderou o nacionalismo árabe, cujo exemplo mais notável foi a República Árabe Unida, uma união entre o Egito e a Síria (1958-1961).

Podemos observar a ideologia do pan-arabismo, por exemplo, neste discurso de G. A. Nasser de 15 de setembro de 1956, quando declarou:

Ao estabelecer que o triunfo de Abdel Nasser enfraqueceria a posição britânica contra o nacionalismo árabe, Eden [primeiro-ministro britânico] está na verdade a admitir que o seu verdadeiro objectivo não é Abdel Nasser como tal, mas sim derrotar o nacionalismo árabe e esmagar a sua causa [...] Quem quer que seja ataques que o Egito enfrenta todo o mundo árabe [...] Defenderemos a nossa liberdade e independência até à última gota de sangue. [...] Toda a nação árabe estará connosco na nossa luta comum contra a agressão e a dominação.³

Da mesma forma, Nasser criticou as operações da Grã-Bretanha e da França para preservar o seu controlo sobre o Canal de Suez. Em várias passagens, referiu-se ao nacionalismo árabe, embora tenha destacado a importância particular do Egito. Na última parte, ele unificou a ideia do mundo árabe-Egito e argumentou que lideraria a união do mundo árabe africano e asiático, aproveitando a sua posição geográfica. Neste contexto, o pensamento do pan-arabismo resumiu-se em que os árabes são um único povo e o seu objetivo é um único Estado.

Nas décadas de 1950 e 1960, o nacionalismo árabe popular incluía: primeiro, a ideia do “Terceiro Mundo”, uma frente comum entre países fora dos blocos capitalista “Ocidente” e comunista “Oriente”. Em segundo lugar, incorporou a ideia da unidade árabe, uma vez que os estados árabes recém-independentes tinham pontos em comum na cultura, na experiência histórica e nos interesses comuns. Por fim, foi acrescentado o socialismo, com a ideia de propriedade estatal, de direção da produção e de distribuição equitativa da renda. Este último incluiu a combinação de ideias nacionalistas e socialistas, além da estruturação de ideias marxistas (HOURANI, 2004, p. 481-488).

Esse fenómeno político e cultural foi coroado pelo domínio de três ideias políticas revolucionárias: o Nasserismo, o Baa’zismo e o Movimento Nacionalista Árabe. Em vários países do mundo árabe ocorreram golpes de estado influenciados por estas três correntes anti-imperialistas e seculares, que reivindicaram a grandeza passada dos árabes e a riqueza do seu património cultural. A Europa menosprezou o nacionalismo árabe, argumentando que era um fenómeno artificial estimulado pela política soviética (CORM, 1998, p. 39).

O pan-arabismo foi uma ferramenta de mobilização para os seus oponentes, mesmo depois de o movimento ter perdido o seu potencial. A abordagem israelita, por seu lado, utilizou esta ideologia para garantir que não havia razão para que os palestinos não se espalhassem por todo o mundo árabe. Enquanto a concepção pan-árabe

3 *En The Suez Canal Problem*, U.S. Department of State Publication No. 6392.

se espalhava, os Estados-nação continuavam a existir e, por vezes, a solidariedade árabe permanecia ao nível discursivo. Cada país, nesta fase, manteve a sua independência política, excepto os palestinianos.

Finalmente, a derrota árabe em 1967 para Israel e a morte de Nasser em 1970 foram os catalisadores que afectaram a aceitação da teoria nacionalista e da união árabe. Isto traduziu-se num desenvolvimento considerável dos nacionalismos específicos da área acima do pan-arabismo, e num regresso de regimes conservadores com a Arábia Saudita na vanguarda. No caso palestino, houve uma palestinização do conflito que é exemplificada na modificação do nome Carta Magna Nacionalista (1964) para Carta Magna da Pátria (1968) (ALKHALIFA, 2007, p. 102-103).

Na narrativa histórica palestiniana, a sua nação passou de clãs na chamada era pré-islâmica para uma comunidade religiosa transnacional unida pelo Islão. Na história recente, a nação “pan-árabe” está dividida em muitos estados. Nessas fases, a cultura e a geografia da nação foram remodeladas de acordo com os critérios pelos quais cada Estado-nação foi definido. A religião e o texto do Alcorão foram estabelecidos como fontes de identificação (foram utilizadas relações religiosas e de parentesco). Nesta história, o Islão teria amalgamado os árabes numa nação sobre os seus costumes ancestrais. Então, a própria identidade e a dos outros emergiram simultaneamente. A identidade palestiniana subsistiu nesta região de significado histórico e geopolítico que, neste caso, não interessou tanto às potências pelo que existe no seu subsolo, mas sim pela sua localização e influência.

Outro discurso da nação num contexto do Terceiro Mundo recorreu a símbolos e ideias islâmicas para recuperar a dignidade perdida, a autonomia e uma cultura local perturbada pela intervenção colonial. A ética heroica prevaleceu no imaginário de uma comunidade que os mobilizou contra os adversários da nação ou no uso da violência. Esta última foi inicialmente concebida como uma tática de luta legítima que garantiria o nascimento de um novo homem e de uma nova sociedade.

Após a Segunda Guerra Mundial, as mudanças políticas globais geraram discursos transnacionais com enquadramentos heroicos para reinterpretar o passado que deu sentido ao presente. A linguagem dos direitos nacionais apela a uma comunidade transnacional. Quando apoiada pela força política, tal linguagem, no entanto, confronta os intervenientes mais bem equipados, como os Estados.

2. A Guerra Fria e a Guerra Fria Árabe

A Segunda Guerra Mundial mudou o equilíbrio global de poder. A destruição da Europa marcou a perda da sua preeminência. Os EUA e a URSS – aliados na fase anterior – emergiram como as duas superpotências, que competiam pela hegemonia e entre si com sistemas políticos, económicos e ideológicos opostos, ou seja, a Guerra Fria. Estas duas potências apoiaram tanto a recomendação da divisão da Palestina (Resolução 181 da ONU de 1947), como também reconheceram imediatamente a proclamação da independência do Estado de Israel em 1948. O confronto Estados Unidos-União Soviética entrou em cena, após décadas de interferência europeia no Mashriq.

O sistema internacional bipolar exacerbou vários conflitos regionais prolongados, ao mesmo tempo que afectou de diversas maneiras a evolução interna dos países da região. Esta região foi um palco importante onde competiram as grandes potências. É por isso que focar obsessivamente em Israel, na Palestina ou no conflito israelo-árabe gera a tendência de analisar o seu objeto de interesse como único e impulsionado pela sua dinâmica interna a ser alterado por qualquer padrão mais amplo (KHALIDI, 2009, p. 70-72). As mudanças em nível global e regional influenciaram diretamente Israel e a Palestina, bem como as suas características específicas.

As duas características distintivas da região do Mashriq são: em primeiro lugar, o seu longo domínio pelo sistema imperial dos EUA e, em segundo lugar, a sua falta de instituições democráticas. Para tomarmos como parâmetro, não há outra região no mundo que tenha interessado o centro hegemónico de forma semelhante ou tão persistente (ANDERSON, 2011, p. 8). O Oriente Médio teve uma relevância invulgar na geopolítica mundial e foi uma das áreas tradicionais de intervenção militar, o que continua até hoje. Nomeadamente, o Pacto de Bagdad de 1955 reuniu a Turquia, o Iraque, o Irão e o Paquistão sob o patrocínio americano, encorajando assim as autoridades egípcias a concordarem com o bloco socialista (RODINSON, 2005, p. 94).

Os EUA lideraram certos estados periféricos como os seus próprios gendarmes: com a Turquia à frente; o Irão até à Revolução Islâmica de 1979; Paquistão; e Israel depois de 1967. Este sistema de controlo de fachada em regimes árabes e gendarmes periféricos em países não árabes sobreviveu a muitas crises e persistiu, por exemplo, até à invasão do Iraque em 2003 (CHOMSKY; ACHCAR; 2007, p. 80).

Na segunda metade do século XX, o governo dos EUA tentou estabelecer o status quo de uma região livre da influência soviética e do poder nacionalista. Devido ao esgotamento da influência anglo-francesa na região, os EUA decidiram preencher esse vazio de poder (ARURI, 2005, p. 27-28). Com o Egito de Nasser, os países árabes da região aliaram-se ao Terceiro Mundo e ao bloco soviético, ao mesmo tempo que se distanciaram das potências coloniais europeias. No caso de Israel, a sua missão – expressa até hoje – era ser uma extensão do Ocidente, o que naquela altura deteria o nacionalismo árabe de Nasser, que viam como um desafio à sua hegemonia regional. O líder político israelita Ben Gurion valorizou Israel como parte do Ocidente e não do Oriente Médio, e o país tornou-se um activo estratégico dos EUA na região (MASALHA, 2002, p. 20-22).

Em 1956, o Egito nacionalizou o Canal de Suez e teve de resistir à intervenção tripartida Inglaterra-França-Israel, que foi frustrada pela reacção soviético-americana. Os EUA negaram crédito a Nasser pela construção da barragem de Aswan. Por outro lado, a URSS prestou apoio económico a essa construção e também assinou um acordo para a compra de armas. Dessa forma, a dinâmica da Guerra Fria entrou na região e acabou com o monopólio ocidental na área. O país africano aproveitou esta última na “Guerra Fria Árabe”. Os estados revolucionários uniram-se em apoio da URSS: Egito, Síria e Iraque (desde 1958); e os conservadores fizeram-no na órbita americana: Arábia Saudita, Jordânia, Líbano e Iraque (até 1958) (MUÑOZ, 1999, p. 17-19).

A política externa americana na região está resumida na doutrina Eisenhower de 1957, que previa a eventual intervenção de tropas americanas no caso de um país ser

“ameaçado pelo comunismo internacional” (RODINSON, 2005, p. 94). A partir destes acontecimentos, os EUA apoiaram os movimentos do Islão político como contrapeso.

A aliança de Israel com os Estados Unidos não foi constitutiva da sua formação. Na década de 1960, a França era o principal fornecedor militar do país, porque tentava uma aliança anti-árabe enquanto estava em guerra com a Argélia. Quando Israel ocupou a Península do Sinai em 1956, os Estados Unidos vetaram a operação. A vitória alcançada por Israel na guerra de 1967 levou a dita superpotência a manter um enclave de longo prazo com aquele país (KATZ, 2008, p. 8).

Finalmente, nos períodos entre guerras e da Guerra Fria, e desde o fim da Guerra Fria e a emergência do actual sistema mundial unipolar, o sistema internacional e as instituições internacionais, em vez de restringirem o poder dominante, facilitaram-no. A liberdade que os Estados Unidos tiveram para operar unilateralmente e sem restrições de outros poderes ou instituições como a ONU, no Iraque e no Afeganistão nos primeiros anos do século XXI exemplificam isso (KHALIDI, 2008, p. 73-74).

3. Força e consentimento

Analisaremos o conceito de hegemonia e sua aplicação no caso dos Estados Unidos ou de outras potências internacionais. Antonio Gramsci usou-o de forma ambígua, o que levou a várias interpretações. Por vezes refere-se apenas ao poder político exercido através da liderança e do consentimento dos governados, em oposição ao poder político exercido como dominação através da coerção. Por outras palavras, a combinação particular de coerção e consentimento necessária ao exercício do poder político (HARVEY, 2004, p. 45).

O poder do poder hegemônico se manifesta através de um equilíbrio entre coerção e consenso. Os EUA realizam práticas coercivas e hegemônicas, visto que o equilíbrio entre ambas as facetas do exercício do poder varia de um período para outro (HARVEY, 2004). Aliás, a internalização dos seletos valores e atributos do Estado poderoso pelos poderes subordinados – o que Gramsci teria considerado uma característica essencial de qualquer hegemonia internacional – começava a mostrar a sua relevância. A terceira das alavancas que Gramsci (2001 [1951], p. 45) especificou, a corrupção:

O exercício “normal” da hegemonia no terreno agora clássico do regime parlamentar é caracterizado pela combinação de força e consentimento, que são equilibrados, de diversas formas, sem que o primeiro predomine muito sobre o segundo [...] entre o consentimento e a força está a corrupção-fraude, [...] que consiste na despotenciação e na paralisia do antagonista ou antagonistas [...].

O seu significado mais geral é uma extensão do poder, autoridade ou influência de um Estado sobre outros Estados ou povos apátridas. Dessa forma, o imperialismo proliferou durante muito tempo sob múltiplas circunstâncias; David Harvey chamou isto de “imperialismo de tipo capitalista”. O objectivo seria discernir porque é que a

maior potência capitalista da história, os Estados Unidos, implementou um aparelho militar de destrutividade sem paralelo e sem precedentes. Este país, por sua vez, tentou implementar o mais ambicioso projecto de dominação mundial (ARRIGHI, 2005, p. 24).

Para A. Gramsci, a hegemonia é a síntese específica de “dominação” e “direção”, isto é, o equilíbrio dinâmico de força e consentimento. O seu foco centrou-se nas diversas formas como este equilíbrio entre os Estados nacionais pode ser alcançado ou deteriorado. A lógica da sua teoria estendeu-se também ao sistema internacional. Até os fundamentos da hegemonia são implantados de forma assimétrica. Por um lado, a dominação, vista como o exercício da violência como manifestação última do poder, tende de forma inelutável para o pólo da peculiaridade. O poder hegemónico deve ter uma força armamentista superior e um traço nacional peculiar como primeira condição da sua predominância (ANDERSON, 2001, p. 21).

Por outro lado, a gestão constitui uma forma de liderança cujo poder de atração é por definição geral. Isto não significa que uma síntese hegemónica exija uma estrutura persuasiva que seja internacional. No entanto, o único excepcionalismo – uma vez que todas as nações são, à sua maneira, *sui generis* – é a configuração que estabeleceu a sua hegemonia global. O país norte-americano proporciona as condições geográficas e sociais ideais para o desenvolvimento capitalista. Assim, uma escala continental de território, recursos e mercado, protegida por dois oceanos e uma população de imigrantes-colonos que formavam uma sociedade que carecia de um passado pré-capitalista. Os requisitos para um crescimento económico espectacular, poder militar e penetração cultural fundiram-se (ANDERSON, 2001, p. 21-22).

A expropriação económica, a recolonização política e o intervencionismo militar são considerados pilares do imperialismo do nosso tempo (KATZ, 2011). Essa caracteriza-se por emergir após a dissolução das duas grandes rivalidades que marcaram a política global do século XX. Isto é, o que Lênine chamou de “rivalidade inter-imperialista” da primeira parte do século XX, e o que podemos chamar de rivalidade inter-sistémica entre os Estados Unidos e a União Soviética durante cerca de setenta anos. Esse final encerra a era política inaugurada pela Primeira Guerra Mundial.

Os Estados Unidos desfizeram as conquistas das classes trabalhadoras e tinham três objetivos principais. Foram elas: primeiro, a guerra de posições ao longo do século XX; segundo, a cessação ou desaparecimento dos estados comunistas; e, finalmente, a supremacia sobre outros países líderes e a derrota do nacionalismo do Terceiro Mundo. Este, no entanto, é o primeiro imperialismo pós-colonial, não só porque carece de governo colonial, mas porque é a sua antítese (AIJAZ, 2005).

A primeira especificidade subjacente a esta política imperialista é que, devido à dissolução do bloco soviético, pela primeira vez na história da humanidade, uma única potência imperial é tão dominante sobre os seus rivais que na verdade não tem rival, próximo ou distante, que possa desafiar ele no exato momento em que ele tem a capacidade máxima de dominar o mundo. Em nossa opinião, contudo, e para vários autores, essa é dinâmica e em constante mudança.

Segundo James Petras (2004), o império económico americano é dominante e está em ascensão, o que se vê na forma como supera os seus concorrentes europeus e japoneses. Isto é discutível, visto que, em 2008, ocorreu uma das maiores crises nos

EUA desde 1929, surgiram outras potências como Brasil, Rússia, Índia, China mais África do Sul e novas configurações podem ser notadas entre as potências superiores. Nem conjecture como eles se alinharão.

Esse fervor imperialista deve-se em grande parte à administração Bush que conquistou e ocupou o Afeganistão, bem como o Iraque, com áreas que continuam hoje a ter sérias complicações. De acordo com a estratégia de segurança nacional daquela administração, não existem limites reconhecidos ou limites à utilização do poder militar para promover os interesses dos EUA. A utilização desfrutada pela “guerra ao terrorismo” é um exercício de imperialismo (FOSTER, 2002). Embora na administração Obama isso tenha mudado no tom discursivo, a verdade é que na realidade não foi assim.

A redução do conceito de hegemonia ao uso da força é inadmissível. Os EUA têm hegemonia global no uso da força, mas a hegemonia é muito mais do que isso, pois poderia ser representada como um ajuste entre poder material, ideologia e instituições. Reduzir a questão da hegemonia apenas aos seus aspectos militares, cuja importância é inquestionável, é um grande erro. A hegemonia norte-americana é muito mais complexa do que isso (BORÓN, 2006).

A supremacia imperial americana tem particularidades nos aspectos ideológicos e culturais. A justificativa americanista do intervencionismo surgiu no pós-guerra, durante a Guerra Fria, e foi atualizada nas últimas décadas. Renova os mitos que contrastavam o bem-estar e o pluralismo do “mundo livre” com a escassez e o totalitarismo do “comunismo”. Embora essas ações não tivessem o mesmo alcance em nenhum lugar do planeta. Implicavam cumplicidade e conveniência com os aliados da tríade (EUA, Europa e Japão) e violência extrema no Terceiro Mundo. O americanismo ganhou influência através deste duplo parâmetro de consideração para com os parceiros e de brutalidade para com os inimigos. Os Estados Unidos naturalizaram a acção militar para sustentar a ilusão de uma vida elevada através da parceria duradoura que o Pentágono estabeleceu com Hollywood. Isso deu origem à imagem missionária dos fuzileiros navais como salvadores de uma civilização ameaçada por inimigos em mudança. O Departamento de Estado modificou conforme necessário a fisionomia racial, linguística e nacional dos adversários a serem repreendidos pela sociedade ocidental (KATZ, 2012). Comunistas, mais tarde árabes e talvez chineses.

As fases sucessivas da história da expansão capitalista não são definidas pelo poder que a sua hegemonia poderia ter desempenhado, pois algumas vezes é plausível adjectivar a sua trajectória – a hegemonia britânica ou a hegemonia dos Estados Unidos. Fazem-no em virtude do conflito permanente entre as potências da linha da frente. A hegemonia, em termos gerais, é relativa, vulnerável e provisória. Portanto, é mais viável analisar os problemas e desafios em outros termos, ou seja, interpretar os parâmetros que definem as aspirações à hegemonia (e não o seu exercício) e as estratégias dos poderes que aspiram a tal supremacia (AMIN, 2003).

O poder global sem paralelo dos Estados Unidos ainda era frequentemente colocado sob a rubrica de “hegemonia”. Mesmo os pensadores críticos consideraram os conceitos de império e imperialismo pouco úteis analiticamente. Após a Guerra do Golfo de 1991, não foi detectado o uso do termo “imperialismo” para descrever o

papel do poder norte-americano a nível global. Porém, depois do ocorrido em 2001, foi reincorporado e é acompanhado pela utilização do conceito de imperialismo atual (ARRIGHI, 2005).

As bases do poder foram invertidas e hoje as vantagens militares compensam a deterioração económica. O principal fundamento do imperialismo contemporâneo é a intervenção militar norte-americana. O gendarme norte-americano realiza suas ações através de um sistema de bases militares, distribuídas em 130 países. Tal supremacia militar constitui uma característica distintiva do imperialismo contemporâneo em comparação com o precedente clássico; Não tem antecedentes na história. Isto deve-se em grande parte à ausência de disputas interimperiais e ao grau de associação global de capitais. Só o lugar imperial que os Estados Unidos mantêm explica a enorme absorção de capital por uma economia com um défice comercial desproporcional, desequilíbrio fiscal, importações massivas e consumo elevado (KATZ, 2012: 64).

4. Geopolítica, geoeconomia e geoestratégia

O petróleo e o gás são o principal factor que sustenta a importância do Oriente Médio, secundado pelas rotas e estreitos comerciais, que representam uma combinação de interesses económicos e geoestratégicos. As maiores e mais facilmente acessíveis reservas de energia do mundo encontram-se nesta área. Embora o principal objetivo dos britânicos fosse manter o controle desta região para manter uma comunicação fluida com a Índia; Os EUA procuraram controlá-lo porque foi uma das alavancas com que dominou o mundo, dá-lhe uma vantagem sobre os seus parceiros europeus e os seus rivais mais tradicionais, como a Rússia e a China. O objectivo da política externa americana era dominar o mundo, embora procurasse mostrar interesse externo nos direitos das mulheres, na religião ou na democracia (CHOMSKY; ACHCAR; 2007, p. 77-81).

Os ataques e intervenções no Oriente Médio devem-se a duas razões específicas: reservas de petróleo e localização geopolítica. Isto determinou a continuação da presença imperial ao longo do século XX e até agora no século XXI. O petróleo é um insumo vital para a máquina de guerra e garantir a sua disponibilidade no Oriente Médio tem sido um princípio estratégico central desde a presidência de Carter (1977-1981); Essa oferta é essencial para o complexo industrial militar (KATZ, 2012, p. 101-105). O interesse pelo ouro negro remonta pelo menos à década de 1930, nomeadamente quando os EUA consideravam a sua relação com a Arábia Saudita de interesse vital para a sua defesa. De referir que este país norte-americano foi o principal produtor de hidrocarbonetos até à década de 1970 (CHOMSKY; ACHCAR; 2007, p. 77-81).

Dois aspectos singulares persistem há muito tempo no Oriente Médio e no Norte de África, distantes do universo político contemporâneo. A primeira é a durabilidade e a ênfase da opressão imperial ocidental na região no século XX (e no século XXI). O período pós-colonial tem sido caracterizado por uma alternância incessante de guerras e intervenções de tom imperial – especialmente o envolvimento ocidental – até hoje. Finalmente, a atenção imperial e a aplicação da força somada à pressão financeira são uma peculiaridade na área.

O segundo factor no mundo árabe desde a sua descolonização formal tem sido a duração e o vigor das várias ditaduras que se sucederam. Nos últimos trinta anos, segundo Washington, os regimes democráticos espalharam-se pela América Latina, pela África Subsariana e pelo Sudeste Asiático, mas isso não aconteceu no Oriente Médio e no Norte de África. Nesta região persistiram autocracias, imperturbáveis diante de qualquer circunstância (ANDERSON, 2011).

O Oriente Médio alcançou uma posição de particular importância na geoes-tratégia e na geopolítica do imperialismo e, sobretudo, no projecto hegemónico dos Estados Unidos. Disso depende também um preço acessível do petróleo, que é assegurado pela manutenção de uma política de controlo sobre o área—além da importância de estar no meio do “velho mundo”—. Os nacionalismos populares da região ameaça-ram a intenção hegemónica dos Estados Unidos, os movimentos de independência do mundo árabe, todos acompanhados pelo subsequente aparecimento do Islão político na região (AMIN, 2004).

5. Apartheid na África do Sul e na Palestina

O paradigma de análise do conflito na Palestina foi considerar o conflito como um confronto entre dois movimentos nacionais; isso é ortodoxia no pensamento ocidental. Em outras palavras, um país em que dois movimentos nacionais lutam pelo mesmo direito à terra. Esse é o paradigma do Quarteto da Paz (Nações Unidas, EUA, União Europeia e Rússia), bem como dos meios de comunicação social. Contudo, o conflito não é entre dois movimentos nacionais concorrentes, mas entre um movimento de colonos ocupantes e um povo nativo. O colonialismo de ocupação de colonos é um sistema de apartheid que garante a separação entre a população nativa e a etnia dos colonos.

O país que surgiu em 1948 começou com um sistema inspirado na África do Sul que era semelhante em vários aspectos ao apartheid. A lógica da eliminação na Palestina foi implementada durante a limpeza étnica da Palestina em 1948. Isso não foi um mero resultado da guerra, mas foi o culminar do planeamento do movimento de ocupação dos colonos para se livrar da população palestina nativa. Nesse mesmo ano, a comunidade de colonos brancos na África do Sul institucionalizou o sistema de *apartheid*. Na região, o colonialismo expansionista do referido país constituiu um verdadeiro desafio tanto por não tomar as suas fronteiras como definitivas como por não cumprir as resoluções da ONU; a Convenção de Genebra; e o Tribunal Internacional de Justiça. Aquela nação e as potências ocidentais com ela relacionadas guardaram o seu projecto de impor um estado de guerra permanente na região.

O colonialismo e o apartheid explicam a relação entre Israel e a Palestina. O Estado de Israel pratica com os palestinianos, em Israel e nos territórios ocupados, uma relação análoga a uma forma de apartheid. A palavra apartheid significa “separação” ou “separação”; em hebraico é *hafrada*, termo usado em Israel para especificar o “processo de paz”. Israel discrimina racial, étnica e religiosamente em áreas de segregação residencial, em oportunidades de emprego e em direitos políticos (PRIOR, 2005, p. 157).

Os cidadãos palestinos de Israel e a sua separação artificial dos palestinos nos territórios ocupados, a separação ou apartheid e a desigualdade com base na etnia foram codificados na lei israelita. As duas objecções à comparação do apartheid com a África do Sul são: primeiro, a separação clara dos grupos étnicos da África do Sul é inexistente em Israel e, segundo, os cidadãos palestinos de Israel desfrutam de um voto democrático, ao contrário dos negros na África do Sul. Na África do Sul, o objectivo do apartheid era restringir os benefícios de recursos essenciais: terra, água e riqueza mineral concedidas à minoria branca; e uma segregação visível foi escolhida. Em Israel, a terra – daí a água – é designada como pertencente a uma nação judaica global e não aos cidadãos do país. Israel impõe uma segregação visível; Habitam espaços e cidades separadas, tal como os sistemas educativos, pelo que é recriado um sentimento de separação emocional entre as populações israelita e palestina para reproduzir uma identidade antagónica.

No que diz respeito aos direitos de voto dos palestinos, as diferentes considerações eleitorais reflectem as diferentes circunstâncias demográficas em que os dois partidos se encontram. Na África do Sul, a população negra oprimida era uma grande maioria e não estava autorizada a votar, em Israel a população palestina é uma minoria. Assim, o contexto histórico é omitido e que a limpeza étnica de 1948 foi a raiz constitutiva de Israel. A representação do sionismo como um programa de colonização e do Estado de Israel como um estado de apartheid, este paradigma levaria à solução: a descolonização de Israel-Palestina e a substituição do regime israelita pela democracia e pela igualdade para todos.

A presença militar israelita, a colonização e as contínuas violações dos direitos fundamentais dos palestinos na Cisjordânia e em Gaza deterioraram as vidas e as condições socioeconómicas da população palestina, tal como o declínio das suas instituições. Também gerou um duplo sistema jurídico na região que não respondia aos padrões internacionais. Essas regras eram aplicáveis à população dos colonatos israelitas e à população palestina na região. O governo israelita promoveu esta dualidade executada pela autoridade militar dos territórios ocupados.

Os regulamentos aplicados na região não foram sujeitos a revisão por nenhum tribunal, o que permitiu o abuso de poder por parte das FDI e do seu governo (GIRALDO, 2011). Israel violou os direitos individuais dos palestinos através do confisco de propriedades, móveis, eletrodomésticos e máquinas. Os soldados israelitas expropriaram as suas terras, destruíram os seus pomares e ordenaram a demolição das suas casas, sem ordens legais (GUZMÁN, 2002).

Para além das violações israelitas do direito internacional humanitário nos Territórios Palestinos Ocupados, os pronunciamentos dos especialistas moldam os diferentes mecanismos convencionais estabelecidos nos tratados internacionais sobre direitos humanos. Tratados internacionais ratificados por Israel, aplicáveis em todos os territórios sob sua jurisdição – Israel e os Territórios Palestinos Ocupados – e que analisam informações fornecidas pelo próprio governo israelense. Portanto, as repetidas condenações feitas por estes especialistas não podem ser descritas como partidárias e interessadas, uma vez que o próprio governo israelense reconheceu esta competência (COCONI, 2010, p. 3)

A Intifada iniciada em 1987 deu a todos o sentimento de honra, tornaram-se dignos de si próprios e recuperaram algo das formas de humilhação da anexação israelita, da sua esmagadora superioridade militar e económica. No entanto, a televisão e a rádio israelitas transmitem uma imagem idealizada da sociedade, em oposição aos sentimentos que os palestinianos experimentam devido à ferida da perda da terra dos seus antepassados. Na situação em que se encontram, a construção da nação torna-se difícil (JOSROJAVAR, 2003).

As razões causais devem ser procuradas nos vinte anos de ocupação israelita e na sua política de minar a existência nacional e material dos palestinianos na sua própria terra. Isto fragmentou geográfica e demograficamente a Cisjordânia e Gaza através de uma intensa ocupação militar acompanhada de novos colonatos. A Intifada começou sem que a OLP ou a Irmandade Muçulmana tomassem a decisão política de iniciar a revolta. Esta revolta ocorreu como resultado do desespero, da exploração económica, do sentimento de não ter saída à longa ocupação, da expropriação de terras e colónias israelitas.

Durante os primeiros vinte anos de ocupação, a população local, os líderes e o povo em geral, foram excluídos das negociações sobre o futuro estatuto das áreas em que viviam. Enquanto a população da Cisjordânia e de Gaza lutava entre o assédio e a sobrevivência económica, Israel, a Jordânia, os EUA e depois o Egito assumiram compromissos diplomáticos a fim de determinar a soberania sobre estes sectores da Palestina.

Após essas duas décadas de repressão, injustiça e humilhação, a ocupação israelita não conseguiu conquistar a vontade dos ocupados. Em suma, não foi capaz de ocupar a acção intencional dos palestinianos sob a sua ocupação. A sua estratégia de “compromisso funcional” residia na adesão dos territórios sem anexação formal ou concessão de cidadania israelita aos seus habitantes. A ocupação isolou os territórios do mundo árabe de diversas maneiras.

Esta “revolução” colocou as populações palestinianas contra o exército de ocupação israelita. Esta revolta foi o resultado do desespero, da exploração económica, do sentimento de não ter saída à longa ocupação, da expropriação de terras e dos assentamentos judaicos.

A identidade em Gaza e na Cisjordânia resistiu de tal forma que aqueles vinte anos de ocupação e coerção das suas liberdades, mais o contexto das lutas do terceiro mundo, como a Argélia e o Vietname, influenciaram e retroalimentaram a busca dos palestinianos por auto-estima. determinação. Os diferentes governos argelinos apoiaram a luta palestiniana contra Israel. A guerra de independência da Argélia tornou-se um modelo a seguir para o jovem movimento de libertação nacional palestiniano, especialmente a necessidade de preservar a unidade das fileiras palestinianas e árabes nesta luta como um requisito essencial para coroar com sucesso a sua missão. A Argélia passou a ser chamada de “a Meca dos revolucionários” pela sua influência no resto do mundo, de Nelson Mandela a Arafat (NEDJAR, 2012, p. 21).

A Intifada, como expressão sociopolítica de um movimento de desobediência e resistência civil generalizada, não ficou alheia à infraestrutura de organizações e movimentos sociais experientes na mobilização de recursos da sua sociedade que, ao longo dos seus ciclos de protestos e através do trabalho comunitário, voluntário e bem-estar

social, gerou uma estreita rede de solidariedade comunitária que impulsiona a mobilização colectiva. As ligações entre os palestinianos dentro e fora eram relações de força, domínio e controlo.

6. Conclusões

A relação entre as manifestações identitárias apresentadas neste artigo ocorreu de forma semelhante à de outros países da região, exceto que o movimento sionista/israelense fragmentou o território palestino e manteve uma rivalidade assimétrica com os palestinianos. O objectivo da política israelita neste período era: impedir o regresso dos refugiados, quebrar a sua identidade colectiva e militância, reduzir a pressão diplomática humanitária internacional da ONU e dissipar um problema fundamental no cerne do conflito israelo-árabe. Tentou-se completar este processo de negação da identidade palestinianiana com a desarabização, a tentativa de apagar a memória palestinianiana (memoricídio) e a manipulação da história através de mitos fundadores.

A história da identidade nacional palestina seguiu um caminho particular. Os palestinianos perceberam a identidade pan-árabe como uma solução para os seus problemas básicos e para ganhar mais força contra o seu oponente mais poderoso. Foram segmentados em campos de refugiados, houve aldeias destruídas e ocupadas, outras que estavam parcialmente intactas, mas com campos de refugiados à sua volta. Esses campos foram o local onde os palestinianos aumentaram a sua consciência política. Essa situação deu lugar a processos subsequentes onde as organizações políticas que representavam os palestinianos como um todo foram projetadas a partir da década de 1960.

A identidade palestinianiana enfrentou a desapropriação das suas terras – a sua fonte de sustento e identidade – pelo que, como comunidades camponesas, implantaram as redes de solidariedade típicas de tempos críticos. Nessa conjuntura também teve início o processo político e cultural que os uniu antes da guerra e que a partir de então foi redefinido. Depois de resolvidas as questões básicas da sua sobrevivência em face da desapropriação: casa, emprego e educação; A pátria perdida tornou-se o objetivo.

Os palestinianos foram construídos como uma identidade nacional na resistência, como também foi o caso da maioria das nações que se formaram na resistência anticolonial ou contra um opressor. Isto se baseia no aspecto teórico, nas duas ideias do nacionalismo essencialista ou objetivo, território e língua. A ideia subjetiva refere-se à comunidade imaginada, nesse sentido a identidade se formou em oposição ao outro, portanto reforça a identidade. Os palestinianos são uma comunidade imaginada que forja e reforça a sua identidade face aos outros, especialmente israelitas, mas também por não se assimilarem aos países vizinhos onde se refugiaram. No que diz respeito às características subjetivas da nação, o caso palestino reforça que para os palestinianos, portanto, o território nesse sentido não seria a única coisa central.

Referências

Declaración de Independencia del Estado Palestino 15/11/1988.

ALKHALIFA, Waleed Saleh. *El ala radical del islam: el islam político: realidad y ficción*. Siglo XXI de España editores, 2007.

AHMAD, Aijaz. Imperialismo de nuestro tiempo: El nuevo desafío imperial. En Socialist Register. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

AMIN, Samir. *Más allá del capitalismo senil*. Buenos Aires: Paidós, 2003.

_____. US imperialism, Europe and the middle east. *Monthly Review*. v. 56, n. 6, p. 13, 2004.

ANDERSON, Perry. Sobre la concatenación en el mundo árabe. *New Left Review*, v. 68, n. 5, p. 5-14, 2011.

_____. Precipitarse hacia Belén. *New left review*. n. 10, p. 5-29, 2001.

ARRIGHI, Giovanni. Comprender la hegemonía. *New Left Review*, v. 32, p. 23-80, 2005a.

ARURI, Naseer. *El mediador deshonesto. El rol de EE.UU. en Israel y Palestina*. Buenos Aires: Canaán, 2005.

BORÓN, Atilio. *La cuestión del imperialismo. La teoría marxista hoy*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

CHOMSKY, Noam; ACHCAR, Gilbert. *Estados Peligrosos, Oriente Medio y la política exterior estadounidense*. Barcelona: Paidós, 2007.

COCONI, Luciana. *Apartheid contra el Pueblo Palestino*. Madrid: Ediciones del Oriente y el Mediterráneo, 2010.

CORM, Georges. Dinámicas identitarias y geopolíticas en las relaciones entre el mundo árabe y Europa, en *CIDOB Afers Internacionals* n°43-44, diciembre 1998-enero 1999, p. 35-56, en línea www.cidob.org/es/content/download/5481/54021/file/43-44corm.pdf

FOSTER, John Bellamy. The rediscovery of imperialism. *Monthly Review*, v. 54, n. 6, p. 1, 2002.

GIRALDO, Yaniza. La Doctrina del Tribunal Supremo de Israel sobre la aplicación del derecho internacional en el ordenamiento israelí, con especial referencia a los

territorios palestinos ocupados, *Tesis Doctoral*, Universidad Carlos III de Madrid, 2011.

HARVEY, David. *El nuevo imperialismo*. Madrid: Akal, 2004.

HOURANI, Albert. *La historia de los árabes*, Buenos Aires, Printing Books, 2004.

JOSROJAVAR, Farhad. *Los nuevos mártires de Alá. La realidad que esconden los ataques suicidas*. Madrid: Martínez Roca, 2000.

KATZ, Claudio. *Bajo el imperio del capital*. Buenos Aires: Luxemburg, 2011.

KHALIDI, Rashid. *Sowing Crisis: The Cold War and American Dominance in the Middle East*. Beacon Press, 2009.

GUZMÁN, Roberto Marín. La ocupación militar Israelí de Cisjordania y Gaza: de la guerra de los seis días a la declaración de principios (1967-1993). *Diálogos Revista Electrónica de Historia*, v. 3, n. 1, p. 0, 2002.

MUÑOZ, Gema Martín. *El Estado árabe: Crisis de legitimidad y contestación islamista*. Ediciones bellaterra, 1999.

MASALHA, Nur. *Israel: Teorías de la expansión territorial*. Barcelona: Bellaterra, 2002.

NEDJAR, Mekia. Argelia y la cuestión palestina durante el periodo del gobierno del FLN: 1962-1988. *Tesis Doctoral*. Universidad Autónoma de Madrid, 2008.

RODINSON, Maxime. *Los árabes*. Madrid: S.XXI, 2005.

PRIOR, Michael. *La Biblia y el colonialismo, Una crítica moral*. Buenos Aires: Canaán. 2005. 1ª ed. *The Bible and Colonialism: A Moral Critique* (1997) (The Biblical Seminar, 48) Sheffield: Sheffield Academic Pres.

